SERES MOLDADOS: o patriarcado ao longo da história e sua influência nas relações sociais

Vanessa Amancio da Silva[1]

RESUMO

Com o intuito de desmembrar a forma como o patriarcado surge e se consolida ao longo da história da humanidade, propõe-se aqui um resgate bibliográfico acerca dessa temática. Dessa forma, será possível compreender como essa instituição social conseguiu perpassar anos e até mesmo diferentes sociabilidades, disseminando sua ideologia de dominação centrada no gênero e incidindo diretamente sobre as formas de organização e de relações sociais até o momento atual, quando se encontra intimamente fundido ao sistema capitalista.

Palavras-chave: Relações Sociais; Patriarcado; Capitalismo.

ABSTRACT

To disentangle the way patriarchy arises and consolidates itself throughout the history of humanity, we propose a bibliographical review of this theme. In this way, it will be possible to understand how this social institution managed to go through years and even different sociabilities, disseminating its ideology of domination centered on gender and directly affecting the forms of organization and social relations until the present moment, when it is closely merged to the capitalist system.

Keywords: Social Relations; Patriarchy; Capitalism.

1INTRODUÇÃO

As relações sociais, tidas como peças chaves da construção de uma sociedade e engrenagem fundamental para sua continuidade, acabaram passando ao longo da evolução da humanidade por inúmeras metamorfoses, sendo estas determinadas por épocas, contextos, influências culturais, religiosas e morais distintas. Assim, ao deter-se sob a força do patriarcado e as consequências de seu poder sobre essas relações, torna-se possível verificar o quanto essa categoria se fortaleceu através dos séculos, evidenciando um cenário onde as diferenças entre os gêneros se sobrepõem a inúmeros outros fatores do convívio social.

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Assistente Social Residente em Atenção Básica; amanciovanessa318@gmail.com.

Sendo assim, este artigo foi elaborado com o objetivo de compreender a influência do patriarcado sobre as relações estabelecidas entre os seres sociais, como mulheres e homens foram e são moldados socialmente e, quais as consequências disso nas esferas públicas e privadas da vida dos indivíduos.

Para isso, visualizou-se a importância de uma análise bibliográfica, a qual toma por base um resgate histórico acerca do surgimento dessa categoria e percorre o caminho até a forma como ela se estabelece atualmente, em pleno século XXI. Dessa maneira tornou-se possível desenvolver reflexões referentes às categorias gênero, raça, sexualidade e relações sociais, visto o papel de base que assumem diante do contexto vivenciado socialmente.

2 BREVE HISTÓRICO ACERCA DAS SOCIEDADES PATRIARCAIS AO LONGO DO TEMPO

O patriarcado, em sua totalidade, configura-se como um sistema de dominação que exalta a superioridade do gênero masculino em detrimento da inferioridade e subordinação do gênero feminino. Fato que acaba, entretanto, por influenciar contextos sociais nos quais mulheres e homens se constituem como agentes sociais dentro de uma perspectiva já pré-determinada, exercendo papeis que devem ser seguidos para uma devida “manutenção da ordem” (SAFFIOTI, 2004).

Dessa forma, Saffioti (2004) ainda enfatiza que, ao exercer papel de base para a sociabilidade atual, o patriarcado e suas ideologias continuam vigorando ao longo do tempo e se fazendo presentes nos mais diversos âmbitos da vida dos sujeitos sociais. No entanto, deve-se ressaltar que as construções patriarcais não surgem junto à sociabilidade capitalista, sendo àquelas anteriores aos adventos que marcaram a consolidação do sistema.

Com isso, questões do tipo “quando e como surgiu o patriarcado” são comuns ao pensar essa forma de organização social pois, tais indagações serviram como base para estudos ao longo dos anos e permanecem até hoje como fundamentos para a obtenção de respostas que visam compreender melhor esse processo histórico (LERNER, 2019).

Em seu livro “A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens”, Lerner (2019) reflete que o período referente ao estabelecimento do patriarcado não se configurou com um evento, sendo na verdade um processo longo que levou em média 2.500 anos de desdobramentos. Acredita-se, então, que por volta dos anos 3100 a 600 A.C., inúmeros acontecimentos que se fizeram presentes no Antigo Oriente contribuíram para o amadurecimento e consolidação do patriarcado, mesmo possuindo ritmos distintos e se apresentando em diferentes momentos e sociedades.

No entanto, a partir de uma análise mais aprofundada acerca da forma como o patriarcado se estrutura e se consolida ao longo da história da humanidade, é possível verificar que são inúmeras as teorias que se aprofundam na compreensão dessa temática, que por vezes se cruzam, mas em sua maioria apresentam explicações distintas para o fenômeno aqui explicitado.

Algumas das teorias supracitadas, que serviram de base para explicar a própria existência do patriarcado durante anos, perpetuando-se para alguns até os dias atuais, foram as vertentes tradicionalistas. Fundamentadas em visões que uniam religião e “ciência” – nessa última atuando através do determinismo biológico –, os tradicionalistas defendiam a superioridade masculina como algo natural e universal, baseando-se nas diferenças biológicas entre homens e mulheres e em seus papeis nas sociedades primitivas (LERNER, 2019).

Ainda segundo a autora, os tradicionalistas apontavam a ideia de, já que à mulher e ao homem teriam sido atribuídas, através do planejamento divino, funções biológicas diferentes, nada mais justo que designar para os dois, diferentes tarefas e posições dentro da sociedade. Dessa forma, uma vez que Deus teria atribuído esses papeis através de sua maior criação, não fazia sentido culpar alguém pelas desigualdades, divisão sexual do trabalho e pelo domínio das mulheres pela figura masculina.

Ademais, Lerner (2019) menciona que as diferenças biológicas nas quais os tradicionalistas se baseavam, como força, estatura, capacidade de corrida e agressividade, acabavam tomando impulso quando se analisava o desenvolvimento do ser-humano nas sociedades primitivas. Era hegemônica a visão sobre os homens

acabarem desenvolvendo as habilidades para a caça e provimento da alimentação mais almejada, que seria a carne, e à mulher era designada a função de ficar em casa cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, sendo a capacidade reprodutiva feminina a maior meta na vida das mulheres, perante a visão tradicionalista.

Todavia, enfatiza-se que apesar do grande período de tempo em que as teorias tradicionalistas vigoraram como única explicação e justificativa para o patriarcado, com o passar dos anos e o amadurecimento do pensamento crítico no tocante à organização social essas afirmações foram sendo cada vez mais questionadas. Dessa forma, por volta do século XIX, a fundamentação religiosa da superioridade masculina perde força e o tradicionalismo passa a se assegurar cada vez mais em sua "explicação científica" (LERNER, 2019).

Apesar disso, as contribuições de vertentes feministas nesse processo devem ser ressaltadas, pois tiveram papel de suma importância na contestação do modelo adotado pelos tradicionalistas. Para isso, fizeram uso de estudos que revelaram a existência de sociedades nas quais as atribuições de tarefas e papeis, para ambos os sexos, eram consideradas indispensáveis e complementares, e em argumentos que remontavam às contribuições inovadoras de mulheres na criação das civilizações, como a olaria, cestaria e o desenvolvimento da horticultura (LERNER, 2019).

Contudo, Lerner (2019) ainda enfatiza que, mesmo com toda a efervescência e articulação dos pensamentos contrários aos tradicionalistas dessa época, a bipolaridade sobre qual lado estava certo ainda vigorava, cenário esse bastante similar ao que ainda é vivenciado atualmente, em pleno século XXI, em meio à uma renovação do conservadorismo[2]. Por isso, os defensores científicos do patriarcado argumentavam que a manutenção da reclusão da mulher à esfera privada, do lar, da maternidade e da extensão do cuidado para sua família era essencial para a sobrevivência da sociedade, assim como no período neolítico.

[2] Segundo Souza (2016), o conservadorismo atual, ao mesclar elementos próprios dos conservadorismos tradicional e contemporâneo, emerge de uma herança histórica de contradições que ainda não foram totalmente superadas. Dessa forma, os elementos presentes em sua composição, permanecem em meio ao cotidiano dos indivíduos sociais, influenciando principalmente, escolhas políticas, costumes, valores e as relações sociais como um todo.

Mas qual era a explicação para tal afirmação? Bem, afirmava-se que a capacidade reprodutiva da mulher deveria ser a função mais importante de suas vidas, pois elas possuíam o poder de gerar e educar o "futuro das nações". Além disso, tendo em vista que passavam por processos físicos pelos quais os homens não passam, como menstruação, menopausa e gravidez, que eram vistos como incapacitantes, nada mais justo que deixar sua fragilidade e inferioridade longe da esfera econômica e educacional, privilégios que seriam destinados apenas aos homens, pois eram mais fortes e superiores (LERNER, 2019).

Acerca disso Lerner argumenta:

> Aceitaram as mudanças culturais pelas quais os homens se libertaram da necessidade biológica. A substituição do trabalho físico pelo trabalho de máquinas é considerada progresso; apenas as mulheres, sob o ponto de vista deles, estão condenadas pela eternidade a servir à espécie por meio de sua biologia. Afirmar que, de todas as atividades humanas, apenas os cuidados fornecidos por mulheres são imutáveis e eternos é, de fato, destinar metade da raça humana a uma existência inferior, à natureza em detrimento da cultura (LERNER, 2019, p.20-21).

Sendo assim, é possível constatar através do fragmento acima que a fala de Lerner, apesar de remontar a um cenário vivenciado em séculos anteriores, ainda exprime o quanto o patriarcado se consolida e toma força na sociedade. A cultura muda, a sociedade muda, mas questões intrínsecas à forma como mulheres e homens são vistas e vistos socialmente permanecem as mesmas, e pior, a explicação que mais se apresenta para isso se baseia em aparatos altamente ultrapassados, desconsiderando o desenvolvimento e a totalidade impressa nas relações sociais.

Logo, conclui-se como foi simples fazer com que as ideologias conservadoras do patriarcado se perpetuassem através dos séculos. Assim, elas foram apropriadas e reproduzidas ao longo da história da humanidade, e vistas como uma verdade absoluta e impassível de contestação. Dessa forma, cabia às mulheres e aos homens apenas se encaixar em papeis de uma trama histórica pré-determinada por "forças superiores", subdividida em cenários como os modos de produção escravista, feudal e capitalista.

3 O ADVENTO DO CAPITALISMO E A ASCENSÃO DA FAMÍLIA NUCLEAR MONOGÂMICA

Desde os primórdios da sociedade, a família vem se multando continuamente e sendo compreendida de variadas formas, de acordo com o contexto em que se insere. Do ponto de vista sociológico durkheimiano[3], ela é considerada a primeira instituição responsável pela socialização dos indivíduos, visto que age no centro do desenvolvimento humano e promove diferentes níveis de integração social, com baixo índice de conflitos e com ideologias predominantes (ESTÁCIO, 2019).

No entanto, o conceito de família que se exprime na sociabilidade atual se diferencia das sociedades anteriores, dependendo de fatores como cultura, religião, organização social, modo de produção, enfim, todas as esferas sociais. Segundo Engels (1984, p.30), “ao passo que a família prossegue vivendo, o sistema de parentesco se fossiliza; e, enquanto este continua de pé pela força do costume, a família o ultrapassa”, concluindo, então, que a concepção do sistema familiar de determinada sociedade depende diretamente do rompimento com um antigo sistema correspondente a ele.

Nesse ínterim, a família como a que conhecemos na sociedade capitalista provém do conceito de família nuclear monogâmica, a qual se fortalece através do patriarcado e do fomento à preservação da propriedade privada. De acordo com Lessa (2012), a família monogâmica se origina em meio à transição para a sociedade de classes, pois nesse momento era fundamental para determinados grupos, como servos, escravos e proletários, a busca pela sobrevivência de modo individual, o que só se efetivaria a partir do rompimento com laços primitivos que concebiam a sobrevivência comunitária.

Lessa (2012) ainda expõe que os membros das classes dominantes também passam a se organizar individualmente, e que, mesmo quando essa organização

[3] Para Almeida e Silva (2005) as análises de Durkheim, ao mesmo tempo em que se estabelecem como polêmicas, como quando define a sociologia como uma ciência própria e independente. Apontam também, para conceitos de grande importância no que diz respeito à compreensão da sociedade, como questões advindas da consciência coletiva, moral, solidariedade social, mecânica e orgânica, entre outros.

partia de ações articuladas em conjunto, na defesa dos interesses de sua classe, cada envolvido desenvolvia estratégias ligadas ao ganho pessoal e ampliação de sua propriedade privada. Logo, os custos de sobrevivência de cada um passam a ser vistos como atribuições individuais, pois ninguém estava disposto a arcar com alimentação, educação e muito menos criação dos filhos dos outros.

Instaura-se, então, a exploração do homem pelo homem, a concorrência na vida social e, consequentemente, a distinção entre vida pública e privada. Além disso, por mais que a família monogâmica não tenha surgido em temporalidade histórica simultânea ao sistema capitalista, percebe-se que, por se configurar como um sistema baseado na exploração e na subdivisão da sociedade em classe, àquele acaba se mostrando como solo fértil para o modelo de família monogâmica que ascende em meio ao capitalismo (LESSA, 2012).

Ademais, Lessa (2012, p. 22) menciona que “a família, tal como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico”, enfatizando a centralidade do poder masculino incorporado à família monogâmica. Dessa forma, ao passo em que reproduz as ideologias patriarcais, esse modelo de família contribui para o fortalecimento das distinções entre qual seria o papel do homem e da mulher na sociedade, assim como na vida privada, argumentos que corroboram com a descrição de Engels sobre a família monogâmica:

> Baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível, porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão um dia, nas posses dos bens de seu pai. [...] Ao homem, igualmente, se concede o direito à infidelidade conjugal, sancionando ao menos pelo costume [...] e esse direito se exerce cada vez mais amplamente, à medida que se processa a evolução da sociedade. Quando a mulher, por acaso, recorda as antigas práticas sexuais e intenta renová-las, é castigada mais rigorosamente do que em qualquer outra época (ENGELS,1984, p.86).

Assim sendo, torna-se evidente a observância de que o modelo de família nuclear monogâmica fortalece ainda mais um sistema de opressão contrário às mulheres, já que desde seus primórdios atribui ao homem a centralidade no processo de relações familiares e sociais. Além disso, a partir da análise do conceito adotado

por Engels, a própria concretização da monogamia era papel apenas das mulheres, tendo em vista que ao homem se "permitia" o estabelecimento de relações com outras mulheres, que não sua esposa, sem grandes consequências para àquele.

Outrossim, tal argumento também incide diretamente nas questões relativas ao debate que envolve o controle da sexualidade feminina desde a estruturação da monogamia. Como aos homens eram atribuídas às características da virilidade, força, superioridade e provimento do sustento familiar, resguardava-se às mulheres o cumprimento de suas funções como esposas e mães, para que fosse possível garantir herdeiros que perpetuariam o legado e a riqueza de suas famílias. Mas como tal legitimidade seria comprovada?

A resposta para a pergunta acima está nas construções históricas de uma sociedade com incidência de valores patriarcais. Nesse sentindo, as mulheres nasciam e eram condicionadas a se encaixar em padrões que as moldavam a um modelo de esposa exemplar, dessa forma suas mães e demais mulheres de seu ciclo social as ensinavam a bordar, cozinhar, cuidar da casa, de seu marido e, acima de tudo, a se preservarem virgens até o casamento. Logo, "A garantia de que o filho será mesmo do marido é a virgindade da esposa – por isso cabe ao primogênito masculino a herança" (LESSA, 2012, p.22).

Como a virgindade feminina torna-se imprescindível, inclusive no que diz respeito à forma como essas mulheres seriam vistas perante a sociedade, instituindo os conceitos de "mulheres para casar" e "mulheres da vida", o desenvolvimento sexual feminino é altamente comprometido. Sobre isso, Kollontai afirma:

> A mulher moderna, a mulher que denominamos celibatária, é filha do sistema econômico do grande capitalismo. A mulher celibatária, não como tipo ocidental, mas uma realidade cotidiana, uma realidade de massa, um fato que se repete de forma determinada, nasceu com o ruído infernal das máquinas da usina e da sirene das fábricas. [...] O tipo fundamental da mulher está em relação direta com o grau histórico do desenvolvimento econômico por que atravessa a humanidade (KOLLONTAI, 2000, p. 15-16).

Sendo assim, a repressão a comportamentos e condutas que poderiam afetar a moral sexual imposta na época se firma como fator decisivo na forma que as relações sociais entre mulheres e homens se estabeleceram ao longo dos últimos

séculos. Isso, portanto, demonstra o poder de influência que determinadas construções possuem na perpetuação de conceitos ao longo da história.

4 AS IMBRICAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E CLASSE: A MULHER E O HOMEM NA SOCIEDADE ATUAL

Ao longo dessa discussão foi possível compreender um pouco mais a respeito da forma como homens e mulheres são vistos socialmente, baseando-se em argumentos que explicitam a influência de construções patriarcais e a adesão destas pelo sistema capitalista. Essas construções, por sua vez, acabam por fornecer bases concretas para a perpetuação de um cenário de opressão e exploração que se apresenta em meio a esse sistema, visto que, de acordo com Barroso (2018, p.446), “a relação entre exploração e opressão está diretamente relacionada à questão da relação estrutural entre patriarcado, racismo e capitalismo”.

Quando se consolida o Modo de Produção Capitalista (MPC), transforma-se as contradições já presentes nas antigas formações econômico-sociais, atribuindo a elas uma estrutura fundada na apropriação privada de tudo que envolve os meios de produção e o fruto do trabalho humano empregado nesse processo. Além disso, à medida em que à mercadoria vai sendo atribuído outro significado, em conjunto com um amplo desenvolvimento da divisão social do trabalho, marca-se o evento histórico do rompimento entre o valor de troca e o valor de uso de tudo que é produzido (SAFFIOTI, 1976).

Outrossim, com o advento do capitalismo e a transição para a sociedade de classes instaurada a partir do prisma da luta social entre burguesia e proletariado, o cenário que se estabelece dá luz a uma sociabilidade em que as desigualdades se apresentam cada vez mais, impactando de diferentes formas a vida dos indivíduos (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Sendo assim, ao estabelecer um olhar crítico a respeito dos processos históricos e sociais que marcaram a adesão e consolidação do sistema capitalista, torna-se possível observar que a ligação entre gênero, raça/etnia e classe, dentro desse sistema, apresenta-se enquanto fator de suma importância para a compreensão das disparidades existentes.

Motta (2020), ao mencionar a forma como Marx concebeu a origem das desigualdades sociais através da instauração do capitalismo, aponta para a grande contribuição de suas análises para a desmistificação dessa temática. No entanto, ao mesmo tempo em que defende a importância da discussão acerca da influência econômica nas relações sociais, estabelecida através do conceito de classe, enfatiza que centralizar a compreensão da hierarquia social existente, apenas sob o aspecto da primazia das relações de produção sobre as demais, acaba não sendo suficiente. Dessa forma, para interpretar as relações desiguais vivenciadas, seria necessária a incorporação de aspectos culturais, simbólicos e morais que permeiam as construções sociais, ou seja, a incorporação de outras categorias na discussão, tais como gênero, raça/etnia, sexualidade entre outras.

Analogamente, Barroso (2018) evidencia o fato de não restar dúvidas de que as opressões provenientes do patriarcado e do racismo são anteriores à consolidação do sistema capitalista. No entanto, é necessário que se tenha a compreensão de que essas opressões acabaram sobrevivendo à emergência do capitalismo e se tornando necessárias as relações sociais desenvolvidas em seu interior. Destarte, é possível perceber que se ampliam situações como a opressão às mulheres por parte dos homens, ou de mulheres negras e homens negros por parte de mulheres brancas e homens brancos, por exemplo.

A respeito das diferentes formas em que opressão e exploração se apresentam em meio à sociedade capitalista, Saffioti ainda argumenta:

> Opressão e exploração não são propriamente fenômenos distintos. Antes eles se apresentam como dimensões específicas de um mesmo processo multidimensional. Ainda que sua raiz seja de natureza econômica, este processo apresenta outras dimensões: política, cultural, social, sexual, etc. [...] Em última instância, ambas estão enraizadas na economia, ainda que a dimensão opressão se faça revestir de evidentes elementos ideológicos (SAFFIOTI, 1984, p.19).

Por isso, é necessária a defesa de uma análise que evidencie a totalidade que circunda essas duas categorias, já que a opressão pode também se mostrar como combustível para a exploração, apresentando-se enquanto forma de compreender a sociedade, em que se naturalizam comportamentos, relações e diferentes

pensamentos. Seus componentes podem, para tanto, ser facilmente utilizados como medidas de controle e manipulação de indivíduos, colaborando com a exploração capitalista, a qual atinge todos os sujeitos sociais, muito embora de formas e intensidades diferenciadas (BARROSO, 2018).

Nesse ínterim, Saffioti (2004) ainda aponta para o prejuízo político e científico da não incorporação da totalidade, que abrange a estrutura de poder formada pelo nó que une capitalismo-racismo-patriarcado, para as análises e compreensões de processos históricos. Para a autora, é necessário o entendimento de que o patriarcado, com suas particularidades e concepções sobre as diferenças entre os gêneros, penetrou em todas as esferas sociais, principalmente a doméstica. Que o capitalismo, por sua vez, mercantilizou as relações sociais existentes, incluindo, assim, a segregação entre atividades a partir de parâmetros como sexo, raça/etnia, idade entre outros. E, da mesma forma, o racismo reflete sobre as desigualdades a partir da discriminação, influenciando a construção de uma estrutura que se baseia em características como cor da pele, para delimitar uma hierarquia pré-existente. Racismo, capitalismo e patriarcado devem ser, hoje, observados como três contradições sociais básicas para a apreensão da realidade.

Ademais, situações que coadunam com os argumentos supracitados e se expressam cotidianamente em meio a essa sociabilidade acabam sendo cada vez mais naturalizadas, pois é de interesse das classes dominantes que permaneçam invisíveis. Como exemplos disso é possível mencionar as disparidades provenientes da divisão sexual do trabalho, a falta de acesso a seus direitos por parte da população mais pobre, o alto índice de violência contra a mulher, que em sua maioria apresenta um número ainda mais elevado quando as vítimas são mulheres negras e pobres, enfim, uma infinidade de questões (CISNE 2005).

Sendo assim, é possível compreender que a mulher e o homem na sociabilidade atual, permeada pela influência de construções históricas e patriarcais, caracterizam-se como indivíduos que compõem o agrupamento social, mas que vivenciam realidades distintas a partir das particularidades que atravessam sua subjetividade (BEZERRA, 2020). Logo, o gênero não possui apenas sexo, mas sim classe, raça/etnia, idade, orientação sexual, o que solicita a compreensão dos

macrodeterminantes sociais[4], visto que apesar do gênero unir mulheres e a homossexualidade unir gays e lésbicas, a classe os dividirá dentro da organização hierárquica capitalista. O que possibilita, portanto, a opressão de uma mulher da classe trabalhadora por uma mulher da classe dominante, e de uma mulher negra por outra mulher negra (CISNE, 2005).

Foram discussões como as mencionadas acima que contribuíram para análises como a de Davis (2016), acerca das contradições inerentes ao surgimento da luta feminista. A autora enfatiza, nesse caso, que o legado da escravidão teria dividido as próprias mulheres através do preconceito racial e de classe. Isso fez com que o início das campanhas em prol da reivindicação dos direitos femininos, como as engendradas através do movimento sufragista[5] inicial, levasse em consideração apenas as mulheres brancas de classe média alta, deixando de lado as mulheres negras e pobres que também deveriam ser incluídas nessa luta.

Por fim, reforça-se, então, a necessidade de compreensão das imbricações entre categorias como gênero, raça/etnia e classe para a apreensão das particularidades que formam a totalidade social. Ressaltando, porém, que só será possível o rompimento com todas as formas de desigualdade, opressão e discriminação a partir da superação dessa sociabilidade, já que a emancipação humana e as bases do sistema capitalista são conceitos incongruentes e que se negam (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

5 CONCLUSÃO

Com base no que foi discutido ao longo deste artigo, é possível visualizar o quanto as ideologias próprias do patriarcado acabaram por se disseminar socialmente

[4] "Os macrodeterminantes, [...] estão relacionados às condições socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade, incluindo também determinantes supranacionais, como o modo de produção e consumo de uma cidade, Estado ou país e o processo de globalização" (SOBRAL e FREITAS, 2010, p. 39, grifos do autor).

[5] O Movimento Sufragista foi um dos mais marcantes entre os muitos movimentos que visavam reivindicar os direitos femininos entre os séculos XIX e XX. Vistas como umas das primeiras ativistas do feminismo, as sufragistas destacaram-se pela força de suas manifestações, nas quais se buscava a garantia dos direitos políticos para as mulheres, enfatizando sempre o direito ao voto (FARIAS MONTEIRO e GRUBBA, 2017).

e, atingir de forma direta, a maneira como os seres humanos se relacionam. Ao pré-estabelecer papéis sociais que devem ser destinados a mulheres e homens, o patriarcado se fortalece e transparece seus preceitos através da influência sobre todas as esferas da vida dos indivíduos, desde características físicas e biológicas, até à maneira como esses sujeitos expressam seus sentimentos, desejos e sensações.

Discutir as relações sociais e o ponto em que estas cruzam os determinantes de gênero, raça e classe, é refletir sobre o passado, o presente e o que se deseja para o futuro. Além disso, enfatiza-se ainda, o quanto a compreensão acerca do encontro desses fatores colabora para o entendimento das desigualdades, violações de direitos, violências, dente inúmeros outros fatores que se vinculam aos locais ocupados por cada indivíduo na sociedade

Sendo assim, visualiza-se a importância do fortalecimento de discussões referentes a esta temática, principalmente no que diz respeito à compreensão histórica e crítica dos impactos socioculturais provenientes do surgimento e consolidação da ideologia patriarcal. Tornando-se possível então, estabelecer uma maior relação com o tema, de modo a perceber seu poder de análise sobre as configurações dos arranjos interpessoais que se desenvolvem no núcleo da sociedade capitalista, tendo como base também os momentos que a precederam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. de S. B. A; SILVA, I. O. da S. **A Sociologia de Durkheim**. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Belo Horizonte-MG, de 31 de maio a 03 de junho de 2005.

ARRUZZA, Cinzia, 1976. **Feminismo para os 99%: um manifesto**/ Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser; tradução Heci Regina Candiani. -1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

BARROSO, Milena Fernandes. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BEZERRA, Elaine. **A revolução será feminista, ou não será!** *In*: Martuscelli, Danilo Enrico (org.) Os desafios do feminismo marxista na atualidade / Danilo Enrico Martuscelli (org.) - 1. ed. - Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

CISNE, Mirla. **Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista**. *In:* 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas- SP. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF. Acesso em: 14 de julho de 2020.

DAVIS, Angela, 1944. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ESTÁCIO, Mércia Maria de Santi. **A visão de Durkheim sobre a escola e a família na transformação da criança em um ser social**. XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociologia. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Associación Latinoamericana de Sociologia, Buenos Aires, 2009.

FARIAS MONTEIRO, Kimberly; GRUBBA, Leilane Serratine. **A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo**: de suffragettes às sufragistas. Revista direito e desenvolvimento, v. 8, p. 261, 2017.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 2. ed. Expressão Popular, 2000.

LERNER, Gerda. **A criação do pratriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. 1. ed. Cultrix, 2019.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MOTTA, Daniele Cordeiro. **O dilema das desigualdades frente ao marxismo**. *In:* Martuscelli, Danilo Enrico (org.) Os desafios do feminismo marxista na atualidade / Danilo Enrico Martuscelli (org.) - 1. ed. - Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

_____, Heleieth I. B. A. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOBRAL, André; FREITAS, Carlos Machado de. **Modelo de organização de indicadores para operacionalização dos determinantes socioambientais da saúde**. Saúde soc., São Paulo, v. 19, n. 1, p. 35-47, Mar. 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902010000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

SOUZA, J. M. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 305 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.